

"Sombras e "Luta", Partidos e Facções: sobre democracia e representação em Marx e Weber.

Gomes Rafael.

Cita:

Gomes Rafael (2010). *"Sombras e "Luta", Partidos e Facções: sobre democracia e representação em Marx e Weber. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/384>

“Sombras” e “Lutas”, Facções e Partidos:
sobre representação e democracia em Marx e Weber

Rafael Gomes

r.gomes1980@uol.com.br

Programa de Pós-Graduação do
Departamento de Ciência Política –
Doutorado.

Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas (FFLCH).

Universidade de São Paulo (USP).

Trabalho preparado para a apresentação no V Congresso Latino- americano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino- americana de Ciência Política (ALACIP). Buenos Aires, 28 a 30 de Julho.

Área Temática: Teoria Política;

Sub-Área Temática: Representação Política e Cidadania.

Este estudo objetiva tecer algumas considerações sobre a forma como o tema da representação e da democracia aparecem nos pensamentos políticos de Karl Marx e Max Weber. Para isso, parte-se da maneira como facções e ou partidos, bem como os conflitos entre os mesmos, são entendidos em obras fundamentais desses autores. Tendo em conta a importância do tema, o trabalho se referencia nessas coordenadas clássicas para realizar uma sintética reflexão sobre problemas de longo alcance que nos afetam ainda hoje sensivelmente, propondo que ao se voltar para tais autores questões como representação e democracia podem ser vistas por outros ângulos que não os mais trivialmente adotados contemporaneamente ou quase que facilmente naturalizados.

Para a discussão de Marx tomo como base principalmente *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte*, mas também *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*.¹ E para a discussão de Weber baseio-me em *Parlamento e Governo na Alemanha Reordenada: crítica política do funcionalismo e da natureza dos partidos* e em *A Política como Vocação*.² Entretanto, antes de iniciar a abordagem, cumpre fazer algumas observações sobre o recorte aqui adotado.

Em primeiro lugar, é interessante observar que a referência ao termo “facções”, como uma maneira de compreender a dinâmica de uma determinada situação política, pode soar estranha hoje quando até mesmo a categoria de “conflito” parece ausente de muitas análises. Comparado ao uso mais corrente de “partidos”, falar de facções leva muitos contemporâneos a um termo que teria deixado de fazer parte do repertório propriamente político. Pois, embora contribuições recentes da literatura politológica tenham adotado a conceituação de facções como um fenômeno de certa maneira mais natural à dinâmica democrática de sociedades diferenciadas e de massa, empregando o termo, por exemplo, no tratamento da ação de grupos de interesse e na relação que estes estabelecem com partidos, movimentos sociais e a governabilidade³, ou ressaltando o papel daquelas associações, que (que poderiam ser denominadas de “facções”) em

¹ “O 18 Brumário de Luiz Bonaparte” In **O 18 Brumário e Cartas a Kugelman**, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1997. “As Lutas de Classe na França” In Karl Marx, Friedrich Engels **Obras Escolhidas**, Vol. 1, São Paulo, Ed. Alfa Ômega, 1995. A primeira foi escrita entre dezembro de 1851 a março de 1852, publicada na revista **Die Revolution**, de Nova York, em 1852. Em sua segunda edição, revista por Marx, foi publicada no formato de livro em 1869. O segundo livro foi escrito por Marx em 1850, publicado pela primeira vez na **Neue Rheinische Zeitung**, nos números 1,2,3 e 5-6, correspondentes ao ano de 1850. Para facilitar a leitura, evitando as repetições excessivas, optei em diversos momentos do trabalho por abreviar o nome das obras com o uso de reticências ou utilizar as siglas: **18 B** para a primeira obra mencionada; e **LC** para a segunda.

² **Parlamento e Governo na Alemanha Reordenada: crítica política do funcionalismo e da natureza dos partidos**, Petrópolis, Ed. Vozes, 1993. “A Política como Vocação” In **Ciência e Política: duas vocações**, São Paulo, Ed. Cultrix, 1999. A primeira obra foi publicada pela primeira vez no verão de 1918 na série de artigos “A política interna”, editado por Siegmund Hellmann. A segunda foi originalmente uma conferência proferida em 1919. Repetindo o que foi feito em relação aos livros de Marx, também utilizo, além das abreviações dos nomes com uso de reticências, as siglas **PG** para o primeiro escrito mencionado e **PV** para o segundo.

³ Apenas para citar um trabalho, verificar o texto de Joshua Cohen e Joel Rogers “Secondary associations and democratic governance” In **Politics and Society**, Vol. 20, Nº 04, 1992.

processos de transição de regimes autoritários para democracias ⁴, o vocábulo aparece muitas vezes relacionado, entre outras coisas, mais com o mundo do crime, das guerras dos mais distintos teores, incluindo as movidas por grupos étnicos, religiosos... e no sentido político mais negativo como perturbações que tenderiam a enfraquecer ou mesmo a dilacerar os partidos, impedindo negociações e impondo dificuldades à evolução ou à consolidação democráticas.

Ao mesmo tempo, quando nos voltamos para a história do pensamento político moderno, contudo, o sentido e a distinção ou não entre partidos e facções mostram-se mais complexos: Nicolau Maquiavel, David Hume e evidentemente James Madison são exemplos destacados, dentre outros possíveis, que trataram com destaque a questão. ⁵

Diante de tal complexidade, é importante esclarecer que não pretendo e não posso, dados os limites do trabalho, relacionar como esse tema foi pensado por diferentes perspectivas e que relações pode se estabelecer com o que Marx e Weber concebiam sobre o assunto, embora se apresente aqui de forma subjacente. Muito menos, deter-me-ei a estudá-las relacionando essas visões com as principais linhas de análise que se detiveram sobre os fatores determinantes para a origem, organização e perfil dos partidos, conforme a evolução das democracias modernas (quando então o vocábulo partido adquire uma maior difusão se comparada ao uso do termo facção), ⁶ ainda que essas referências estejam aqui supostas.

O que procurarei evidenciar são as maneiras como os dois autores tratam “facções” e “partidos” quando cada um se preocupa em compreender realidades históricas distintas: no caso

⁴ Ver, dentre outros, o trabalho **Factional Politics and Democratization** editado por Richard Gillespie, Michael Waller e Lourdes Lopes Nieto, London, Frank Cass & Co, 2004.

⁵ Em seus *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, Maquiavel relaciona, por exemplo, a “calúnia” à criação de facções que perturbariam o equilíbrio entre os dois “partidos” principais da república: os patricios e os plebeus. Pois, diferente da “denúncia”, que seria um meio de acusar publicamente, exigindo a devida apuração e julgamento independente de quem fosse o denunciado, a calúnia apareceria aqui como uma manifestação que, por não exigir instrumentos públicos de transparência e solução, em geral beneficiaria os mais privilegiados, rompendo, portanto, o equilíbrio entre aqueles dois humores básicos que animariam a história humana e que haviam sido indicados n’O Príncipe: entre os que querem dominar e os que não querem ser dominados. Ver Capítulo 7, pp. 41-43 e Capítulo 8, pp. 45-47 de **Discursos...**, Brasília, Ed. UNB, 2000.

No seu conhecido ensaio *Dos partidos em geral* David Hume compara os “fundadores de facções” aos “fundadores de seitas”, e afirma que tão odiados quanto esses últimos são os “fundadores de partidos” por não acabarem com elas. Aliás, na origem e funcionamento dos partidos sempre estariam “facções pessoais” (baseadas em relações de amizade ou animosidade pessoal) e “facções reais” (baseadas em diferença real de sentimento e interesse, inclusive material). Segundo o filósofo escocês, mesmo em partidos onde as duas convivessem, a tendência seria que uma delas predominasse. Ver **Ensaio Político**, Knud Haakonsen, (org.), São Paulo, Martins Fontes, 2003, p. 43. Finalmente, uma menção obrigatória é obviamente a de James Madison no artigo 10 d’O *Federalista*, onde associa a inevitabilidade das facções com a própria preservação da liberdade. Por isso mesmo, como já extensamente conhecido, enfatiza a necessidade não de exterminar as causas das facções, mas sim de atuar sobre os seus efeitos, principalmente aqueles que pudessem ser ocasionados pelas “facções de maioria”. **Os Artigos Federalistas**, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993, pp. 133-134.

⁶ Apenas para ficar com duas interpretações clássicas: Maurice Duverger **Os Partidos Políticos**, Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1970; e Giovanni Sartori **Partidos e Sistemas Partidários**, Rio de Janeiro, Brasília, Ed. Zahar e Ed. UnB, 1982.

de Marx, a França da Revolução de fevereiro de 1848 e seus desdobramentos com o “golpe” de 2 de dezembro de 1852 e a ascensão de Luis Bonaparte; e no caso de Weber, a Alemanha sob a herança de Bismarck, e frente aos desafios, internos e externos, que se colocariam com o fim da Primeira Guerra Mundial. Enfim, o que proponho é delinear, através de algumas passagens dos textos em questão, como o tratamento de tais termos permite identificar aspectos fundamentais no processo de evolução daquilo que viria a se configurar como as democracias representativas em sociedades de massas.

Em segundo lugar, o trabalho também não desconhece a complexidade da questão da representação e da democracia, palavras que quando referidas originalmente a formas de governo, eram entendidas não só como modelos distintos, mas até mesmo contrários à época das Revoluções Inglesa, Americana e Francesa, tal como demonstrado por Bernard Manin.⁷

Porém, sem exceder meu recorte, embora conservando o problema em mente, o que importa aqui é extrair, de modo sintético, quais os sentidos possíveis de se identificar para “representação” e “democracia” em Marx e Weber a partir da dinâmica política que descreveram. Algo que, nas obras em questão, não pode ser obtido a partir de definições prévias e sistemáticas, e sim as apanhando-os quando percorrido o próprio movimento reflexivo que os autores imprimem.

Apresentados esses pontos iniciais, temos então que uma boa maneira de iniciar o trajeto é recorrer a duas categorias, uma de cada autor, e que expressam bem o tom de como podem ser inicialmente identificados facções e partidos em seus textos. O que, conseqüentemente, terá grande importância para entender depois suas compreensões de representação e democracia.

A primeira delas é a categoria de “sombras”, utilizada por Marx em *O 18 Brumário...* para se referir à “vida efêmera” da *República Constitucional* ou *República Parlamentar* (28 de maio de 1849 a 2 de dezembro de 1851), etapa que sucede, por sua vez, aos chamados *período de fevereiro* (24 de fevereiro de 1848 a 4 de maio de 1848) e o da *Constituição da República* ou da *Assembléia Nacional Constituinte* (4 de maio de 1848 a 28 de maio de 1849). Marx afirma que mais do que nos períodos anteriores, aquele é marcado pelo fato de:

Os homens e os acontecimentos aparecem como Schlemihls invertidos, como *sombras* (itálico meu) que perderam seus corpos.⁸

⁷ **The principles of representative government**, Cambridge University Press, p 01, toda a “Introduction” (pp. 01-07) e desenvolvimento no capítulo 3 “The principle of distinction” (pp. 94- 131). Para um aprofundamento da questão da representação me reporto ao conhecido trabalho de Hanna Fenichel Pitkin **The Concept of Representation**, Berkeley, University of California Press, 1972. Sobre sínteses de linhas de pesquisa a respeito dos processos de democratização e o problema da representação ver de Bernard Manin, Adam Przeworski e Susan C. Stokes “Eleições e Representação” e de Nádia Urbinati “O que torna a representação democrática?”, ambos os artigos em **Lua Nova**, Nº. 67, 2006.

⁸ p. 48. Quando o itálico pertencer originalmente aos autores não será especificado, quando, porém, o desta que for de minha autoria será especificado no próprio corpo da citação.

Schlemihls é a personagem central do romance de Adalbert Von Chamisso *A Maravilhosa História de Peter Schlemihl*, herói que nessa história vende sua sombra por riquezas pondo-se depois a procurá-la pelo mundo. Na passagem acima, com a inversão do dilema enfrentado pela personagem, Marx enfatiza o quanto aquele período evidenciava:

... a mais heterogênea mistura de contradições clamorosas: constitucionalistas que conspiram abertamente contra a constituição; revolucionários declaradamente constitucionalistas; uma Assembléia Nacional que quer ser onipotente e permanece sempre parlamentar; uma Montanha que encontra sua vocação na paciência e se consola de suas derrotas atuais com profecias de vitórias futuras; realistas que são *patres conscripti* da república e que são forçados pela situação a manter no estrangeiro as casas reais hostis, de que são partidários, e a manter na França a república que odeiam; um Poder Executivo que encontra sua força em sua própria debilidade e sua respeitabilidade no desprezo que inspira; uma república que nada mais é do que a infâmia combinada de duas monarquias, a Restauração e a monarquia de julho, com rótulo imperialista; alianças cuja primeira cláusula é a separação; lutas cuja primeira lei é a indecisão; agitação desenfreada e desprovida de sentido em nome da tranquilidade; os mais solenes sermões sobre a tranquilidade em nome da revolução; paixões sem verdade; verdade sem paixões...⁹

Através dessa forte imagem, Marx traduz um contexto em que a luta política é marcada por discursos, formulações e ações, tanto de indivíduos como de grupos, que acabam se constituindo progressivamente apenas em “sombras” porque, fora do Parlamento francês, não encontrarão mais a substância corpórea capaz de lhes dar sustentação, preparando então o terreno adequado para a ascensão de Luis Bonaparte.

De acordo com o que podemos verificar na visão marxiana, até que esse movimento se evidencie de modo pleno, não é por acaso que a contradição básica que alimentará esse período encontra sua expressão na ascensão e queda do domínio de duas “facções”: os legitimistas (ligados à Casa dos Bourbons) e os orleanistas (obviamente, desejosos pela volta da dinastia de Orléans); duas facções obviamente burguesas, porém monarquistas, e que, além de tudo, encontrariam na república – e especificamente na república parlamentar – a maneira de solucionar o problema dinástico que antes as desuniria sob a forma monárquica.

É neste registro que Marx utiliza primeiramente, e com destaque, o termo facções para traduzir politicamente a existência de duas “frações” sociais, outro termo que parece próximo ao de facções, sendo utilizadas como representações políticas das divisões da classe dominante, ou divisões dentro do que irá denominar de “Partido da Ordem”.

Nessa linha, a concepção marxiana salienta que, mais do que ter possibilitado a união dessas duas facções monarquistas, a república parlamentar teria permitido que legitimistas e orleanistas agora pudessem exercer um “poder mais amplo e severo sobre as demais classes da sociedade” – pelo menos até os conflitos que seus representantes passaram ter com o até então aliado Luiz Bonaparte – porque sob a república parlamentar podiam harmonizar, para além de dinastias, os diferentes interesses e propriedades aos quais no fundo davam expressão política:

(...) Sob os Bourbons governara a *grande propriedade territorial*, com seus padres e lacaios; sob os Orléans, a alta finança, a grande indústria, o alto comércio, ou seja, o *capital*, com seu séquito de advogados, professores e oradores melífluos. A monarquia legitimista foi apenas a expressão política do domínio hereditário dos senhores de terra, como a monarquia de julho fora apenas a expressão política do

⁹ Idem, pp. 47-48.

usurpado domínio dos burgueses *arrivistas*. O que separava as duas facções, portanto, não era nenhuma questão de princípios, eram suas condições materiais de existência, duas diferentes espécies de propriedade, era o velho contraste entre a cidade e o campo, a rivalidade entre o capital e o latifúndio. ¹⁰

Isso não significa que outros aspectos (pessoais, morais, individuais, ideológicos...) não importem, e sim que eles não podem explicar sozinhos e por si mesmos os fundamentos e o sentido, naquela circunstância, das ações políticas dos dois grupos:

(...) Que havia, ao mesmo tempo, velhas recordações, inimidades pessoais, temores e esperanças, preconceitos, ilusões, simpatias e antipatias, convicções, questões de fé e de princípio que as mantinham ligadas a uma ou a outra casa real – quem o nega? Sobre as diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais, maneiras de pensar e concepções de vida distintas e peculiarmente constituídas. A classe inteira os cria e os forma sobre a base de suas condições materiais e das relações sociais correspondentes. O indivíduo isolado, que as adquire através da tradição e da educação, poderá imaginar que constituem os motivos reais e o ponto de partida de sua conduta. Embora orleanistas e legitimistas, embora cada facção se esforçasse por convencer-se e convencer os outros de que o que as separava era sua lealdade às duas casas reais, os atos provaram mais tarde que o que impedia a união de ambas era mais a divergência de seus interesses. ¹¹

Da leitura de Marx, pode-se extrair que será sob tal substrato material e em torno dos ministérios inicialmente formados por Bonaparte, quando da sua eleição para Presidente a 10 de dezembro de 1848, que essa união conseguirá obscurecer a fração burguesa republicana ou os “republicanos puros”, que haviam assumido proeminência, por meios ditatoriais, durante a Assembléia Nacional Constituinte. E isso após terem afastado do governo provisório que havia se formado, a partir de fevereiro de 1848, a representação proletária de Luis Blanc e Albert. ¹²

Marx então caracteriza o fim da ditadura republicana e a ascensão das facções monarquistas como uma situação de quase que inevitabilidade. Afinal, segundo o autor, nenhum grande interesse comum unia essa fração, nem se destacava de outros setores da burguesia por condições específicas de produção. Tratava-se apenas de um grupo burguês de “idéias republicanas” (“escritores, advogados, oficiais e funcionários de categoria que deviam sua influência às antipatias pessoais contra Luís Filipe, á memória da velha república, à fé republicana de um grupo de entusiastas, e, sobretudo, ao nacionalismo francês”) ¹³. E como tal haveria de se deparar com a maioria da nação que não era republicana, mas monarquista, como teve de comprovar nas eleições gerais de dezembro de 1848, quando sua representação foi substancialmente reduzida.

Na verdade, no raciocínio desenvolvido em *18 B* os republicanos burgueses, cuja expressão intelectual seria o jornal *National*, aparecem como a fração política que lidera inicialmente o “Partido da Ordem” contra o chamado “Partido da Revolução”, “Partido da Anarquia” ou “Partido da Subversão”. Em torno dela se aglutinariam inicialmente a facção

¹⁰ Idem, p. 51.

¹¹ Idem, pp. 51-52.

¹² LC, p. 116.

¹³ Idem, p. 33.

legitimista e a orleanista, o campesinato e grandes parcelas da classe média – esses últimos formando a maioria do país e decisivos para a vitória de Luis Bonaparte – todos receosos com os tumultos que a volta da radicalização de fevereiro poderia trazer e, logicamente, todos monarquistas que iriam se voltar posteriormente contra aqueles mesmos republicanos.

No pensamento de Marx, é entoando as palavras de ordem da “velha sociedade” “propriedade, família, religião, ordem”, que o Partido da Ordem então aparece, neste momento, como a representação mais coerente da classe burguesa, em suas diversas frações com tendência a se unirem, e também do campesinato e da classe média, e isso por oposição ao considerado Partido da Anarquia, que então aparece como uma representação coerente da classe proletária:

Durante as jornadas de junho todas as classes e partidos se haviam congregado no *partido da ordem* contra a classe proletária, considerada como o *partido da anarquia*, do socialismo, do comunismo. Tinham ‘salvo’ a sociedade dos ‘inimigos da sociedade’. Tinham dado como senhas a seus exércitos as palavras de ordem da velha sociedade – ‘propriedade, família, religião ordem’... A sociedade é salva tantas vezes quantas se contrai o círculo de seus dominadores e um interesse mais exclusivo se impõe ao mais amplo. ¹⁴

É como se aqui “partido”, diferente de facções, se constituíssem em representações políticas que se aproximassem mais da união e da coerência interna entre as diferentes classes ou frações de classe, mas devendo ele ser entendido por contraste a outras facções de classes que, por sua vez, tenderiam a se unir em partidos opostos.

Dentro disso, Marx transmite a idéia de que, derrotadas as jornadas de junho e afastada a influência proletária do governo provisório que se ergueu sobre “as barricadas de fevereiro” ¹⁵, vencido enfim o Partido da Revolução, o Partido da Ordem pode então voltar a se cindir nas suas parcelas burguesas, seguindo-se o curso da burguesia como classe dominante. Uma classe que não consegue impor a sua forma revolucionária de dominação política – a república – e cuja dinâmica fracionária levará ao domínio do segundo Bonaparte, definido, dentre outras coisas, como uma caricatura do primeiro, como a encarnação das superstições da massa camponesa, e como a firmação do aparato do Estado francês sob seu comando.

Seguindo a análise de Marx, temos que frente à reivindicação de uma “república social”, como fora o caráter que o levante dos proletários tentou imprimir, teria sido preciso que a burguesia imprimisse outras feições à república – a república parlamentar – para fazê-la regredir posteriormente a uma monarquia mal acabada. Um contraste que é estabelecido com precisão *As Lutas de Classes...*:

A República – isto é, a República reconhecida pelo povo francês – data de 4 de maio e não de 25 de fevereiro. Não é a República que o proletariado de Paris impôs ao Governo Provisório; não é a República com instituições sociais; não é o sonho dos que lutaram nas barricadas. A República proclamada pela Assembléia Nacional, a única República legítima é a República que não representa nenhuma arma revolucionária contra a ordem burguesa. Pelo contrário, é a reconstituição política dessa ordem, a reconsolidação política da sociedade burguesa, numa palavra a República burguesa. ¹⁶

¹⁴ p. 31.

¹⁵ LC, p. 116.

¹⁶ Idem, p. 128.

Por sua vez, o proletariado do levante de fevereiro de 1848 e das derrotas de junho, é apresentado por Marx como uma força jogada para o fundo da cena revolucionária, como uma força auxiliar da chamada “Montanha”, apelido que o Partido Social Democrata adquiriu no Parlamento francês. Esse partido é definido, por sua vez, como a representação da pequena burguesia, com as mesmas “limitações” que portaria essa fração de classe:

O caráter peculiar da social democracia resume-se no fato de exigir instituições democrático-republicanas como meio não de acabar com dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas de enfraquecer seu antagonismo e transformá-lo em harmonia (...) Esse conteúdo é a transformação da sociedade por um processo democrático, porém uma transformação dentro dos limites da pequena burguesia. Só que não se deve formar uma concepção estreita de que a pequena burguesia, por princípio, visa impor um interesse de classe egoísta. Ela acredita, pelo contrário, que as condições *especiais* para sua emancipação são as condições gerais sem as quais a sociedade moderna não pode ser salva nem evitada a luta. (...) O que os torna representantes da pequena burguesia é o fato de que sua mentalidade não ultrapassa os limites que esta não ultrapassa na vida, de que são impelidos, teoricamente, para os mesmos problemas e soluções para os quais o interesse material e a posição social impelem, na prática, a pequena burguesia. Esta é, em geral, a relação que existe entre os representantes políticos e literários de uma classe e a classe que representam.¹⁷

Progressivamente então, Marx chega àquele cenário em que os representantes institucionais da burguesia, com suas facções e seus partidos, buscam a derradeira salvação da república (que seria em tese sua expressão política). Para isso são descritas a retomada das alianças entre as frações dinásticas e a articulação com a Montanha para enfrentar Luiz Bonaparte. Mas, segundo tal compreensão, teriam sido as próprias ações desses representantes ao comporem os ministérios de Bonaparte, de aceitarem o fim antecipado da Assembléia Constituinte, de recuarem diante do sufrágio universal entregando tal prerrogativa a Bonaparte, de aceitarem que esse exercesse cada vez maior influência sobre o exército, e, ao mesmo tempo, ao perseguirem e enfraquecerem o maior partido do Parlamento (a Montanha) com cassações e exílios que teriam feito com que o Sobrinho aparecesse como a imagem da estabilidade contra as turbulências. Teriam sido as próprias ações e omissões burguesas, portanto, que teriam levado a parecer para a burguesia fora do Parlamento que seus representantes não mais atendiam a seus interesses de “tranquilidade”, o que agora pareciam mais bem expressos por Bonaparte. Do mesmo modo que a Montanha, ao desnaturalizar as reivindicações proletárias iniciais, e diante do espectro das derrotas proletárias passadas e do papel subalterno da pequena burguesia durante toda a experiência republicana, não conseguia mais articular com palavras de ordens aqueles a quem virtualmente representaria.

Diante do resultado desse movimento em que facções e partidos perdem o sentido da representação de seus supostos representados, vê-se a propriedade com que o autor aplica aquela forte imagem de “sombras à procura de corpos” e com a qual iniciei. Da mesma forma, expostas as linhas gerais, acredito que a visão do autor sobre facções e partidos autoriza a entender as primeiras como representações políticas aproximadas, e que por vezes se contradizem, das divisões internas de cada classe social, tais como, por exemplo, as facções burguesas legitimista, orleanista, republicana..., enquanto que partido pode ser entendido como uma espécie de representação política mais abrangente, que tende a uma maior coerência entre as diferentes facções de uma classe social ou a uma composição mais coerente entre diferentes classes frente a

¹⁷ 18 B, pp. 54-55.

outras, tais como o “Partido da Ordem” frente ao “da Revolução” ou ao “Partido Social Democrata”.

Ligada a essas noções, também se pode perceber uma novidade nos escritos de Marx aqui trabalhados: é que a agregação e o conflito existentes no interior dessas representações, ou entre essas representações, não têm seus movimentos primordialmente explicados pela estrutura de produção. Mas, pesam principalmente para sua ocorrência os efeitos desencadeados no plano político- institucional. Ou seja: as ações de facções, de partidos e seus atores nas arenas francesas de disputa (no caso o Parlamento mais restritamente e o Estado em um plano mais geral) produzem efeitos para que as classes apareçam politicamente coesas ou divididas tanto quanto, ou mais ainda, que a estrutura de produção econômica. Nesse sentido, o que o autor mostra a todo o tempo é que embora essencial, nada há de automático na relação entre o lugar na produção e sua correspondente representação política.¹⁸

No mais, torna-se óbvio que o sentido da palavra “partido” em Marx não pode se assemelhar ao de grandes organizações ou máquinas instituídas com o objetivo principal (ou dentre outros) de buscar o voto do eleitor. Em um contexto revolucionário como o de 1848, em que a extensão do sufrágio era uma reivindicação que se deparava com tanta resistência e recuo, ficava difícil imaginar os desdobramentos que a democracia representativa de massas traria para aqueles tipos de agrupamentos. Evidentemente, este significado é identificável em Max Weber.

Neste ponto, a segunda categoria da qual parto para adentrar no pensamento do sociólogo sobre facções e partidos, e que aparece com frequência em seus escritos políticos, é a de “luta”. Especificamente em *Parlamento e Governo...* ela adquire grande ênfase:

O que realmente importa é que, para serem dirigentes políticos, só estão habilitadas personalidades escolhidas na luta política, porque toda luta política em sua essência é luta.¹⁹

Em um contexto em que progressivamente a burocratização teria avançado por quase todas as esferas da vida humana, a preocupação de Max Weber é salientar que somente aquela liderança que se constituísse em uma luta contínua, desde as instâncias internas dos partidos até os debates dentro do parlamento, estaria apta a tomar as grandes decisões políticas para além das disputas de bastidores, do atendimento às demandas mais particularistas de seus eleitores, das regiões ou dos setores representados, e para além da mera garantia de espaços e empregos, etc. Somente aquele tipo de liderança ou “dirigente” seria capaz de assumir responsabilidade pelas grandes questões que um burocrata de carreira, por imperativo do ofício, não poderia assumir.

¹⁸ Mesmo quando Marx salienta o papel do tipo de propriedade e interesses ligados a elas como condicionantes para se entender as distinções entre a facção legitimista e a facção orleanista, é interessante notar como isso é realizado dentro de uma “mistura sutil e insinuante de duas explicações”, para utilizar os termos de Raymond Aron: a “explicação política, segundo a qual dois pretendentes ao trono se opondo, a única forma de conciliar seu seguidores era a república parlamentar, e a “explicação sócio-econômica, fundamentalmente diferente, segundo a qual a propriedade da terra não podia conciliar-se com a burguesia industrial, a menos que se industrializasse”. “Os sociólogos e a Revolução de 1848” In **Etapas do Pensamento Sociológico**, São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1999, p. 263.

¹⁹ pp. 116-117.

Do texto desdobra-se o problema de que a Alemanha, emancipada a partir de 1870 sob a égide do reino da Prússia e sob o legado de Bismarck, não deixava espaço para que esse tipo de liderança emergisse e, conseqüentemente, os principais postos acabavam sendo ocupados por quadros do funcionalismo e por homens apenas interessados em garantir os postos através dos pequenos acertos e “intrigas palacianas”, trazendo graves conseqüências para a condução do país. Um país que se industrializava a passos largos, que se tornou um Estado-nação expandindo-se territorialmente e em guerra contra as principais potências européias, e que agora teria de se voltar para os problemas advindos com o fim da guerra e a volta de um grande número de soldados que deveriam exercer um papel fundamental na reconstrução do país – algo que não poderia ser desempenhado sem incluí-los na vida política através do sufrágio.

Logo, a preocupação weberiana fundamental era: teria a Alemanha condições de constituir lideranças à altura desses desafios e que exigiam tamanha responsabilidade? Como fazê-lo sem partidos operantes, sem um parlamento ativo e sem democracia de massas?

No entender de Weber, todos os Estados nacionais buscariam um fim, e para isso necessitava dos meios adequados para alcançá-los. No caso alemão a democracia parlamentar seria o meio mais adequado para atingir o seu fim de grandeza, porém, para isso seria preciso sair da condição de uma débil monarquia parlamentar com partidos inoperantes e que, no fundo, resultava muito mais em um “despotismo burocrático”.

Por sua vez, parte importante dessas dificuldades e sua gravidade deviam-se ao vácuo deixado por Bismarck. Em seus escritos políticos, e particularmente em PG, o autor reconhece o papel do Príncipe, quando chanceler, na condução da “alta política”, bem como suas qualidades intelectuais. Mas também o responsabiliza pelo estado de sujeição dos partidos aos pequenos interesses e pelo recolhimento das grandes lideranças, abrindo espaço para a ascensão de burocratas. O exemplo dessa situação se encontraria na relação de Bismarck com o Partido Nacional-Liberal e com o Partido de Centro.

Na ótica weberiana, o primeiro é apresentado como uma organização partidária que contava com lideranças de talento, não gênios (o que seria muito difícil e raro de surgir), porém, políticos de nível que estavam dispostos a colaborar com o Chanceler mesmo “ao ponto de sacrificar suas próprias idéias”. O segundo partido é apresentado como uma organização de interesses emanados em geral fora do Parlamento, e em nome da manutenção daqueles interesses seus dirigentes buscavam, antes de tudo, assumir a influência sobre a máquina, devotando a Bismarck, no fundo, um ódio mortal. Contudo, por não tolerar lideranças mais ativas ao seu lado, Bismarck teria escolhido depender justamente do segundo:

Os nacional-liberais não puderam cumprir a sua tarefa política e se desintegraram, em última instância, não por motivos objetivos, mas porque Bismarck não tolerava ao seu lado nenhum poder, de qualquer natureza, que tivesse uma ação independente, isto é, que atuasse com responsabilidade própria.

(...)

Bismarck teve êxito. E quais foram as conseqüências disso? Bismarck escolheu depender permanentemente do Partido do Centro, um partido que se sustentava em forças fora do parlamento e que ele não tinha condições de atingir, a ter que levar em conta um partido atuante no Parlamento desde a fundação do

Império, e que, mesmo fazendo-lhe críticas constantes, mantinha com ele um estreito relacionamento. Mesmo assim, o Partido de Centro devotou-lhe um ódio letal até a sua morte.²⁰

Nas palavras de Weber, como consequência do desempenho de Bismarck, o quadro alemão seria o seguinte:

Ele nos legou uma nação sem qualquer formação política e muito abaixo do nível que já alcançara vinte anos antes. E, principalmente, uma nação sem qualquer vontade política, acostumada a ver o grande estadista, lá no alto, a cuidar da política em seu lugar. (...) Em contrapartida a essa desconfiança doentia, podemos citar uma consequência totalmente negativa de seu tremendo prestígio: um parlamento completamente impotente. (...) (pois) Decisivo para o alto ou baixo nível de um parlamento é se, em suas instâncias, os problemas são meramente debatidos ou se elas têm poder e decisão. Isto é, se o que acontece entre suas paredes é decisivo ou se ele é simplesmente um órgão decorativo tolerado a contragosto pela burocracia reinante.²¹

Sob tais circunstâncias de tolhimento das lideranças, o problema da burocratização se colocava ainda mais grave na Alemanha e, apesar dela avançar igualmente sobre os partidos, como o fazia sobre a economia e a administração pública, aqueles eram no momento, segundo Weber, “os portadores mais importantes da vontade dos que regem a burocracia, os ‘cidadãos’”.²² Eram eles, em seu entendimento, que poderiam ainda permitir a seleção de individualidades em meio a um processo de padronização burocrática que tenderia a ser mais forte com o desenvolvimento do capitalismo moderno, marcado pela racionalidade (o “cálculo”):

(...) Certamente, a burocracia não é, nem de longe, a única forma moderna de organização, assim como a fábrica não é, nem de longe, a única forma de organização industrial. Mas ambas são aquelas que caracterizam a nossa época e o futuro previsível. O futuro pertence à burocratização...

A burocracia, porém, comparada com outros sustentáculos históricos do modo de vida moderno e racional, é caracterizada por sua inexorabilidade consideravelmente maior. Não se conhece nenhum exemplo histórico de uma burocracia que, uma vez soberanamente instalada, como na China, no Egito, de uma forma não tão conseqüente no fim do Império Romano e em Bizâncio, tenha desaparecido, a não ser com o aniquilamento da cultura que a sustentava. E essas eram formas relativamente muito irracionais de burocracia: ‘burocracias patrimoniais’. A burocracia moderna distingue-se de todos os exemplos mais antigos por uma característica que torna mais sólida e muito mais definitiva a sua inexorabilidade: a especialização e a escolaridade profissionalizante e racional.²³

Contudo, embora esse desenvolvimento racional da burocracia tenha se desenvolvido a passos largos, acompanhando a evolução capitalista, principalmente no Ocidente, Weber salientava que o fim do sistema capitalista só aumentaria o grau de burocratização, e dessa vez como uma tendência irresistível, conformando inclusive um perfil de sociedade semelhante e ao mesmo tempo mais intenso que o do antigo Egito:

²⁰ PG, pp. 34-36.

²¹ Idem, p. 38.

²² Idem, p. 44.

²³ Idem, p. 51.

(...) Uma eliminação progressiva do capitalismo privado é teoricamente concebível ainda que não seja tão fácil quanto sonham alguns literatos que não o conhecem e, certamente, não será a consequência desta guerra. Mas, suponhamos que o capitalismo privado fosse eliminado: o que significaria isso na prática? Ruiriam os edifícios de aço das indústrias modernas? Não! Simplesmente, as direções das firmas estatizadas ou de alguma forma administradas comunitariamente tornar-se-iam burocráticas. Será que o modo de vida dos funcionários e dos trabalhadores das administrações estatais das minas e ferrovias prussianas são sensivelmente diferentes das grandes organizações capitalistas privadas? Eles são menos livres porque qualquer embate contra uma burocracia estatal não tem chance, mesmo porque, em princípio, não pode ser invocada nenhuma instância contrária a eles ou ao seu poder, como acontece com as organizações capitalistas privadas. Nisso residiria toda diferença. A burocracia estatal reinaria sozinha se o capitalismo privado fosse destruído. As burocracias privadas e públicas, que agora têm que trabalhar lado a lado, pelo menos de acordo com as possibilidades, e em concorrência, portanto, que ainda mantêm, de qualquer modo, controle uma sobre a outra, seriam amalgamadas numa única hierarquia. Como no fim do Império Egípcio, só que de uma forma incomparavelmente mais racional e, portanto, mais inexorável.²⁴

Por sua vez, essa era uma questão nevrálgica para que Weber não pudesse apostar suas fichas no Partido Social Democrata. Pois, para o sociólogo, esse partido ainda preservava a expectativa, por parte principalmente de seus “literatos”, que a superação do capitalismo e consequente instituição do socialismo fossem confirmadas, como que alcançando uma validade racional, pela própria história, a qual teria sido aduzida, por seu turno, um princípio normativo. Quando deveria se centrar no desafio imediato que a grande política exigia – e que não podia, como qualquer outra matéria verdadeiramente política na ótica weberiana, encontrar uma validade racional – de preparar lideranças com real vocação para a política.²⁵

Curiosamente, aponta Weber, seria o Partido Social Democrata aquele que apresentaria na Alemanha o maior nível de burocratização. E isso até como uma exigência da política de massas, por ser o partido que se apresentava, em primeiro lugar, como representante de uma classe, contando com a maioria de simpatizantes e filiados. Deveria por isso mesmo, e até mais que os outros, organizar-se racionalmente para lidar com a arrecadação, os patrocínios, a divulgação... E não por acaso seria nesse partido que também viria a se desenvolver mais plenamente o chamado “político profissional”.

Seguindo o argumento explicitado em *A Política como...*, essa figura histórica encontraria suas raízes “na luta que opunha o príncipe às ‘ordens’ e logo teriam se colocado a serviço dos príncipes”.²⁶ No decorrer do tempo, através de diferentes categorias em que foi possível

²⁴ Idem, pp. 52-53.

²⁵ De acordo com Anthony Giddens, para Weber: “se a atividade política poderia ser guiada ou modelada por conhecimento científico do tipo que se estabelece na história, economia e sociologia, esse conhecimento não poderia validar, em última instância, os objetivos pelos quais luta o líder político”. Como continua o analista britânico, essa posição teria afastado Weber dos dois maiores movimentos políticos que competiam com os liberais: além dos já mencionados social-democratas da esquerda, os nacionalistas conservadores da direita. Pois, cada um deles, na visão weberiana, “teria aderido a uma concepção ‘normativa’ da história que eles teriam introduzido na política, reivindicando ‘validação’ histórica para seu direito de governar”. “Política e sociologia no pensamento de Max Weber” in **Política, Sociologia e Teoria Social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo**. São Paulo, Ed. UNESP, 1998, p. 28.

²⁶ p. 75.

verificá-lo, Weber salienta que o que o caracteriza é o fato de ter correspondido às necessidades dos príncipes de encontrar homens em torno de si que não só fizessem da atividade política algo ocasional, ou uma atividade secundária, mas que se dedicassem a ela integralmente, não só vivendo para ela, mas, progressivamente, vivendo da política. Sem com isso, entretanto, ter a pretensão de se tornarem lideranças carismáticas, que viessem a rivalizar com os príncipes.

Nas democracias modernas, esse político profissional integraria fundamentalmente a burocracia interna do partido, cuidando da sua organização cotidiana, mas também, e no caso da Alemanha isso seria visível, seria constantemente alçado aos postos dirigentes até como forma de garantir para os partidos que os espaços ocupados, que os interesses (inclusive de clientela) imperantes na máquina fossem preservados, colocando-se em situação de maior equilíbrio com as burocracias estatais detentoras de “segredos” não acessíveis a um parlamento esvaziado.

O problema que Weber sustenta não é o de que esse funcionário do partido seja igual ao burocrata do Estado, pois, como destaca o sociólogo, as duas burocracias possuem diferenças que podem, em alguma medida, equilibrá-las. Tampouco, é o problema fundamental o fato de o político profissional viver da política, embora fosse melhor, antes de tudo, que ele vivesse para a política, pois, como deixa claro o autor em PV, em uma democracia deve-se cuidar para que os homens que querem viver para a política, e não tem condições para serem independente, possam viver dela sem prejuízo para a liderança, ao preço de então tal democracia se deteriorar em uma “plutocracia”. Mas, o ponto fundamental é que o volume de trabalho e responsabilidade para com os assuntos internos dentro do partido, e mesmo nos corredores do Parlamento no caso dos dirigentes, não deixa espaço para pensar as grandes questões e, acima de tudo, quando alçado a uma posição de direção política nos bastidores, por não ter chegado a ela assumindo uma firme posição no calor das eleições plebiscitárias, e nem pelo reconhecimento de sua atuação pública nos embates parlamentares, não pode assumir a responsabilidade dos verdadeiros “chefes políticos”. A responsabilidade que só a liderança carismática pode ter e só é obtida através da “luta”, onde tomar partido é uma obrigação:

A diferença está no tipo de responsabilidade de um e de outro, e esse, aliás, é o ponto de partida para se determinar o tipo de exigências a serem feitas a um e a outro. Um funcionário que receba uma ordem que considere errada pode, e deve, expor seu ponto de vista. Se a instância superior insistir na ordem, é não somente sua obrigação mas até ponto de honra executá-la como se ela correspondesse à sua própria convicção e, assim, mostrar que o seu senso de obrigação está acima de suas convicções pessoais. É indiferente se essa instância superior é um departamento, um conselho diretivo ou uma assembléia deliberativa. Essa é a tradição da função. Um dirigente político que se conduzisse assim mereceria desprezo. Ele será freqüentemente necessário para negociar, isto é, para sacrificar o menos importante ao mais importante. Se, porém, ele não for capaz de dizer ao seu superior (seja ele o monarca ou o povo): ‘Se as coisas não forem como eu quero eu me vou’, ele será um mero boneco de engonço e nunca um dirigente. O funcionário deve permanecer ‘acima dos partidos’, na verdade, porém, isso quer dizer, fora da luta por poder próprio. Porém, para o político, assim como para o empresário, a luta por um poder próprio e a conseqüente responsabilidade advinda desse poder são seu próprio elemento vital.²⁷

Diante disso, Weber admite a inevitabilidade do político profissional – até como oposição ao que considera o superado modelo de partidos comandados por notáveis – e isto porque aqueles, enquanto burocratas da máquina partidária, podiam tanto auxiliar as lideranças

²⁷ PG, pp. 55-56.

carismáticas, como, quando representantes, lidar em situação de igualdade com a burocracia estatal e se ocupar realmente das inevitáveis disputas em torno dos interesses mais restritos (desde que, obviamente, a atuação desses não bloqueasse a ascensão dos verdadeiros chefes).

Desse conjunto de preocupações, a abordagem weberiana permite então chegar ao que o autor entende mais claramente por facções e partidos. As primeiras aparecem ligadas à figura do político profissional. Por facções, ou “frações”, como utilizará em *PG*, o sociólogo alemão entende a representação política daqueles interesses menores, pessoais inclusive, existentes dentro dos partidos, denominando até mesmo como o “reino de facções” à situação em que a máquina partidária não permitiria que lideranças carismáticas ou novas lideranças assumissem projeção devido ao domínio dos políticos profissionais. Tal como aparece na citação que se encontra em *PV*:

Só uma escolha cabe: ou uma democracia admite como dirigente um verdadeiro chefe e, por conseqüência, aceita a existência da ‘máquina’ ou renega os chefes e cai sob o domínio dos ‘políticos profissionais’, sem vocação, privados das qualidades carismáticas que produzem os chefes. Nesta última hipótese, vemo-nos diante do que a oposição no interior de um partido, chama o reino das ‘facções’.²⁸

Por seu turno, para Weber, partidos políticos devem ser identificados, em um plano mais geral, com organizações em que mesmo contando, por um imperativo da política “menor” e da burocratização, com homens que profissionalmente se dedicariam à política apenas para lidar com a arrecadação, os patrocínios, o atendimento de demandas locais, até a distribuição de cargos e espaços (enfim lidar com os diversos tipos de “facções” dentro dele), deveriam estar voltados, fundamentalmente, para justamente selecionar – por meio do voto – aqueles representantes vocacionados para assumir as grandes responsabilidades, ocupando postos de dirigentes políticos, controlando a burocracia e exercendo um papel propositivo (“política positiva”) no parlamento – principalmente através de sua atuação nas comissões dessa casa.

Utilizando o exemplo dos Estados Unidos, entendia o sociólogo que a partir do momento em que as lideranças carismáticas emergem e demonstram talento para a conquista dos votos as burocracias partidárias passam a se mover em torno deles, e as antigas lideranças estabelecidas ou os políticos profissionais com cargos representativos, interessados precipuamente na manutenção dos acordos e distribuição dos cargos, passam a incentivá-los ou, pelo menos, a tolerá-los. Baseando-se no exemplo inglês, a concepção weberiana afirmava a importância de um Parlamento atuante, onde as comissões serviam para preparar aqueles representantes que passaram pelo crivo do voto e que agora deveriam debater com seus colegas, fiscalizar e, conseqüentemente tomar contato com a linguagem própria do funcionalismo, sem para isso se tornar um burocrata, assumindo assim condições para ocupar cargos de grande importância, como os Ministérios, sem deixarem de ser com isso lideranças partidárias.

Contudo, o principal obstáculo na Alemanha a esse desenvolvimento, além do desafio do sufrágio, era fundamentalmente o Artigo 9, presente na Constituição Imperial de 1871. Pois, este determinava que ninguém poderia ser membro, ao mesmo tempo, do Conselho Federal e do Parlamento Imperial. Assim, como do Conselho Federal participavam o chanceler, as lideranças que representavam as províncias, os reinos ou os principados que faziam parte do território

²⁸ pp. 103-104.

alemão e os Ministros, e como estes últimos, por sua vez, não estavam obrigados a deixarem de ser líderes nos Parlamentos locais como estavam obrigados a deixarem de ser no Parlamento nacional, os integrantes desse último eram continuamente desencorajados a participarem como protagonistas das grandes questões do país e essas passavam a ser discutidas com um olhar mais restringido, sujeito apenas à preservação das demandas locais e intrigas de bastidores.

Expostos esses pontos, temos então que Karl Marx e Max Weber, lidando com métodos e realidades históricas distintas, procuram elucidar o estado e os conflitos políticos de seu tempo. E tentando definir o movimento de facções e partidos emanam importantes aspectos sobre as idéias que possuíam de representação quando realizaram os trabalhos aqui analisados, e sobre as quais é importante nos determos ainda um pouco mais, na medida em que fornecem elementos diferentes de hoje, quando para nós o problema da representação parece cada vez mais se restringir apenas à sua relação com o voto e como ele se realiza.

Nessa linha, voltando-nos para Marx, pode-se verificar que da sua análise sobre a relação entre o lumpen proletariado, os camponeses e Luís Bonaparte alarga-se a idéia que tinha de facções, partidos e conseqüentemente de representação. Se em um primeiro momento há uma relação dialética entre as facções representantes no plano político e as contradições dentro das classes sociais representáveis, agora se trata de refletir sobre classes ou facções sociais que não conseguem nem podem representar-se institucionalmente na política. E se partidos políticos aparecem em um primeiro momento como composições de classes ou entre classes tendendo a uma maior coerência do que as facções, agora, podem aparecer até mesmo como a representação encarnada em uma pessoa.

É nesse sentido que Bonaparte é apresentado como a única representação capaz de aglutinar o lumpen proletariado de Paris. Pois, segundo Marx, essa “massa” composta de “*roués* decadentes, de fortuna duvidosa, convivendo lado a lado com arruinados e aventureiros rebentos da burguesia... vagabundos, soldados desligados do exército, presidiários libertos, forçados foragidos das galés, chantagistas, saltimbancos, *lazzarani*, punguistas, trapaceiros, jogadores, maquereaus, donos de bordéis, carregadores, *litérati*, tocadores de realejo, trapeiros, amoladores de facas, soldados, mendigos”, em suma, “toda uma massa indefinida e desintegrada”²⁹ e que somente dispondo do aparato de Estado o Sobrinho poderia reunir.

Afinal, segue o raciocínio marxiano, é reunindo em torno de si a máquina estatal, que só ter-se-ia ampliado desde antes da Revolução Francesa, que pode agora distribuir as benesses a essa “escória”, que manifestaria na vontade do lucro fácil, nem que fosse pelo saque, uma empatia fundamental com um líder que, antes de tudo, desejava saquear o próprio Estado. Nessa ótica então não seria por acaso que a Sociedade de 10 de Dezembro, criada sob o pretexto de uma associação beneficente, se converteria, na verdade, na reunião de “facções secretas” do lumpen proletariado em apoio a Bonaparte:

²⁹ 18 B, p. 79.

(...) esse Bonaparte, que se erige em chefe do lumpen proletariado, que só aqui reencontra, em massa, os interesses que ele pessoalmente persegue, que reconhece nessa escória, nesse refugio, nesse rebotinho de todas as classes a única classe em que pode apoiar-se incondicionalmente, é o verdadeiro Bonaparte...³⁰

Ao mesmo tempo, é em torno do papel que o Estado francês com sua máquina ocupa na sociedade francesa, sufocando-a “por todos os poros”, que Bonaparte também se assume como representante dos camponeses. Dentro disso, Marx começa destacando que sua ascensão com o apoio da “classe mais numerosa da nação francesa”, deve ser compreendida pela própria maneira como os camponeses podem ser definidos como “classe”.

O autor salienta que o campesinato que apóia Bonaparte deve ser entendido, prioritariamente, como se constituindo dos “pequenos camponeses”. E estes últimos formariam uma massa restrita às relações familiares e afastados do conjunto do país pela natureza de suas propriedades, pela dificuldade de usufruir dos meios de comunicação adequados e por sua pobreza. Dessa forma, a análise marxiana entende que se constituiriam como classe na medida em que possuíam condições materiais e tipo de propriedades semelhantes que os distinguiam, por seu turno, de outras classes; porém, do mesmo modo, também não se articulariam como uma classe, na medida em que o próprio modo de vida e a ausência dos recursos financeiros e de comunicação tornavam isso impossível:

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existente na França e pela pobreza dos camponeses. Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa é quase auto-suficiente... (...) Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. (...) Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam uma das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas, na medida em que existe entre os camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe.³¹

Sendo uma classe e ao mesmo tempo não sendo porque não se articula como tal, não podendo se auto-representar, é que Bonaparte se apresentaria como única alternativa para representar essa “classe”, visto que fazia ressuscitar, através da promessa e do alto do Estado, o apetite “conservador” desse pequeno camponês. Através de um compromisso, revivia nessa classe o mito napoleônico que remontava ao processo de dilapidação dos resquícios de servidão e repartição das grandes propriedades feudais, com o advento da pequena propriedade, e que agora se desejava complementar. Fazia reviver, portanto, e como mitificação, a vontade do camponês conservador em se estabelecer definitivamente como proprietário:

(...) Não podem representar-se, têm que ser representados. Seu representante tem, ao mesmo tempo, que aparecer como seu senhor, como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda o sol ou a chuva. A influência política dos pequenos

³⁰ Idem, p. 79.

³¹ Idem, pp. 127-128.

camponeses, portanto, encontra sua expressão final no fato de que o Poder Executivo submete ao seu domínio a sociedade.³²

Contudo, nesse movimento impresso por Marx, Bonaparte também se torna o representante da quase totalidade da burguesia, e principalmente das classes médias. Neste caso, não se tratam, como já verificamos, de classes não auto-representáveis, mas que, como também já aponte, tornam-se nesse processo divorciadas de suas representações institucionais, e até mesmo de suas representações intelectuais – fugindo dessas, para aproveitar a forte imagem marxiana, como corpos que fogem de suas sombras. Torna-se a burguesia, portanto, e ao final, também uma classe que não mais se auto-representa.

Detendo-se sobre os momentos derradeiros da República Parlamentar, o autor demonstra como Bonaparte se converte no único “partido” possível para a burguesia francesa (tanto para a financeira e a industrial como também para a comercial, inclusas aí as grandes parcelas médias) e dessa vez se aproveitando não só da já citada separação, cada vez mais intensa, da burguesia com os representantes de sua classe no Parlamento, mas também e principalmente diante do divórcio da burguesia com suas representações intelectuais:

Se o partido parlamentar da ordem, com seu clamor pela tranqüilidade, como demonstrei, comprometa-se a manter-se tranqüilo, se declarava o domínio político da burguesia incompatível com a segurança e a existência da burguesia, destruindo com suas próprias mãos, na luta contra as demais classes da sociedade, todas as condições necessárias ao seu próprio regime, o regime parlamentar, por outro lado a *massa extraparlamentar da burguesia*, com seu servilismo para com o presidente, com seus insultos ao Parlamento, com maus tratos a sua própria imprensa, convidava Bonaparte a suprimir e aniquilar o setor do partido que falava e escrevia, seus políticos e literatos, sua tribuna e sua imprensa, a fim de poder entregar-se então a seus negócios particulares com plena confiança, sob a proteção de um governo forte e absoluto. Declarava inequivocamente que ansiava se livrar de seu próprio domínio político a fim de se livrar das tribulações e perigos desse domínio.³³

Através desse cenário, Marx acaba revelando, por meio dos embates de facções e partidos na França a partir de 1848, que o problema da representação face ao mundo burguês se converte em uma contraditória transição: de uma classe que dilapida as próprias bases quando tem de estabelecer o seu despotismo (o “despotismo de uma classe”) para o “despotismo de um indivíduo”, que, por sua vez, preserva o domínio dessa mesma classe.³⁴

³² Idem, p. 128.

³³ Idem, p. 110.

³⁴ É importante, reter, como indica Florestan Fernandes, que a ascensão de Bonaparte diante de certo congelamento da dinâmica entre as diferentes classes, não implica para Marx em não reconhecer que a revolução continua cavando seu caminho, mas o que aqui se pretende salientar, em consonância com a perspectiva marxiana, é onde a burguesia teve de chegar para evitar que a revolução seguisse seu curso. É isso que, dentre outras coisas, se salienta através da ascensão de Luiz Bonaparte: “Bonaparte não é visto nem descrito como ‘mal necessário’. Ele serve como uma espécie de corante, que fixa no material histórico, com a mesma nitidez de uma lâmina de laboratório, até onde as classes burguesas tiveram de chegar para bloquear a revolução proletária, em uma defesa egoística e cega, e, reversamente, o quanto a verdadeira revolução cavava fundo no seio da mesma sociedade francesa”. “Introdução” In MARX, Karl e ENGELS, Friedrich **Marx e Engels, Col. Grandes Cientistas Sociais**, São Paulo, Ed. Ática, 2001, p. 67.

Quanto a Max Weber, já podemos observar como ele liga aos políticos profissionais, inclusive quando passam de burocratas dos partidos a representantes eleitos pelas máquinas, os interesses mais restritos, a correspondência dos pequenos acertos regionais, de bastidores, enfim, aqueles que o autor identifica como sendo ligados às facções ou frações; enquanto que as grandes questões e responsabilidades – aquelas que exigem a tomada de partido – são identificadas com as tarefas dos líderes carismáticos, que emergem na luta política efetiva: primeiro ao brigar pelo voto e depois nos embates do parlamento. Aqueles últimos não seriam representantes de facções dentro dos partidos, mas propriamente dos partidos. Contudo, cabe frisar que para o sociólogo alemão esse último tipo de representação não pode dar a impressão de que seja possível ascender por eleições e pelo preparo legislativo um grande número de homens com “talento” para a política. Pois, neste caso, tanto o componente eleitoral “cesarista” das democracias, como a dinâmica do parlamento servem, antes de tudo, para “selecionar” os poucos que terão esse perfil.³⁵

Aqui subjaz a idéia de mundo político cara à visão weberiana: a política é, no essencial, para poucos, mesmo e, principalmente, em democracias de massas, onde, inclusive por isso, o parlamento teria um papel essencial em aprimorar os eleitos e definir em última instância os mais capazes:

(...).. não é o coletivo do parlamento como tal que é capaz de governar e de fazer política. Em nenhum lugar do mundo faz-se tal afirmação, nem mesmo na Inglaterra. A grande massa dos parlamentares funciona somente como liberados desse ou dos poucos líderes que formam o ministério e lhes obedece cegamente, enquanto tiverem sucesso. E assim deve ser. A negociação política é regida pelo ‘princípio das minorias’, isto é, pela capacidade de manobra política superior de pequenos grupos dirigentes. Essa característica elitista é inevitável em sociedades de massas.

Essa característica elitista, porém, também possibilita que certas personalidades carreguem a responsabilidade perante a opinião pública, responsabilidade essa que se diluiria completamente em um governo colegiado. Esse é o caso na democracia propriamente dita.³⁶

Logo, além dos imperativos da burocratização e da “pequena política”, aqui reside uma noção fundamental sobre a própria natureza da política que leva Weber a reconhecer a inevitabilidade do político profissional como um parlamentar de carreira. Se as grandes questões ou decisões são para poucos e se a luta política acaba sendo a forma de selecionar os poucos que

³⁵ Gabriel Cohn observa que a importância atribuída a Weber aos processos seletivos permite incluí-lo entre os representantes da “teoria das elites” no pensamento político, desde que se considerem “dois pontos que singularizam sua posição neste terreno”: “Em primeiro lugar, sua concepção das elites dirige a atenção para os mecanismos seletivos mediante os quais os ‘melhores’ são recrutados”. Distingue-se nisso, prossegue Cohn, “de uma concepção como a do seu contemporâneo Vilfredo Pareto, que busca a concepção mais objetiva possível de elite, como um dado natural (como o conjunto dos ‘eleitos’ melhores em cada área de atividade consoante as distribuições dos desempenhos). Em Weber interessam exatamente os procedimentos significativos, portanto sociais, que levam à aceitação de alguns como os mais qualificados”. O que abre caminho para o “segundo ponto”: “É que em Weber os mecanismos seletivos têm caráter competitivo, envolvendo confrontos e luta”. “Introdução” In Max Weber **Parlamento e Governo na Alemanha Reordenada: crítica política do funcionalismo e da natureza dos partidos**, Petrópolis, Ed. Vozes, 1993, p. 18.

³⁶ PG, p. 68.

irão formulá-las ou tomá-las, é natural que em um mundo cada vez mais racionalizado e burocratizado os políticos profissionais ocupem fatias importantes de cargos representativos, sendo, entretanto, muito poucos, os que, quando tem a oportunidade de “viver para a política”, poderão se converter em lideranças com verdadeira vocação:

Pode-se amar ou odiar essa figura, mas, do ponto de vista meramente técnico, é indispensável, tanto que até existe atualmente. Só que, correspondendo à posição subalterna do parlamento e às chances limitadas da carreira parlamentar, justamente no caso de suas figuras mais representativas, aparece, também, de uma forma limitada, atuando nos bastidores. O político profissional pode ser um homem que viva literalmente da política e de suas manifestações, suas influências e suas chances, Pode, também, ser alguém que viva para a política, e, somente nesse último caso, ele pode vir a se tornar um político de grande envergadura.³⁷

Mas, nesta questão, é importante salientar, de acordo com a concepção weberiana, que ao líder carismático também não caberá apenas a preocupação em tomar partido a todo o momento, movendo-se exclusivamente por “idealismo” e esquecendo outros interesses e imperativos. De acordo com Weber, cabe a esse tipo de representação, em sentido contrário, encontrar uma forma de equilíbrio ou “senso de proporções”.

Conforme se pode derivar das últimas páginas de *A política como Vocação*, a essa liderança caberia o dever de recuar, conforme as circunstâncias exigissem, de sua própria “convicção”, por vezes até abrindo mão de efetivar a causa pela qual tomasse partido – embora devendo sempre explicitar publicamente qual é essa causa –, mas só comprovaria ser mesmo um político com vocação caso não se abatesse com isso, caso não deixasse afetar por isso suas convicções pessoais, e mais do que isso, caso convivesse com esse imperativo como algo inextrincável de sua atividade como representante político:

A política é um esforço tenaz e enérgico para atravessar grossas vigas de madeira. Tal esforço exige, a um tempo, paixão e senso de proporções. É perfeitamente exato dizer – e toda experiência histórica o confirma – que não se teria jamais atingido o possível, se não se houvesse tentado o impossível. Contudo, o homem capaz de semelhante esforço deve ser um chefe e não apenas um chefe, mas um herói, na mais simples sentido da palavra. E mesmo os que não sejam uma coisa nem outra devem armar-se da força de alma que lhes permita vencer o naufrágio de todas as suas esperanças. Importa, entretanto, que se armem desde o presente momento, pois de outra forma não virão a alcançar nem mesmo o que hoje é possível. Aquele que esteja convencido de que não se abaterá nem mesmo que o mundo, julgado de seu ponto de vista, se revele demasiado estúpido ou demasiado mesquinho para merecer o que ele pretende oferecer-lhe, aquele que permaneça capaz de dizer ‘a despeito de tudo!’, aquele e só aquele tem a ‘vocação’ da política.³⁸

Feitas essas considerações, agora se pode lançar a seguinte pergunta: o que essas perspectivas sobre representação que foram extraídas de Marx e Weber podem revelar sobre as idéias que tinham de democracia nesses escritos?

Em uma primeira aproximação, pode-se verificar que em comum nenhum dos autores tem em mente a democracia como algo prioritário ou um princípio. Ambos a tomam como referência ou meio para a consecução de determinados fins, e para aprimorar, dentro disso, as

³⁷ Idem, pp. 84-85.

³⁸ pp. 123- 124.

representações políticas que projetavam como sendo as mais adequadas aos objetivos que pretendiam realizados.

Embora Marx seja contundente ao fazer a crítica ao caráter “democrático” que as reivindicações proletárias teriam assumido, quando de sua aliança com a pequena burguesia da Montanha, em detrimento do aspecto revolucionário, pode-se, de outro lado, identificar a democracia em seu pensamento como manifestação ligada à extensão do sufrágio e com o que designa o caráter “social” da república. Isto é, com a república que havia sido proclamada pelos proletários em fevereiro de 1848, e que resultou no aparecimento, dentro do governo provisório que se constituía, de preocupações sociais com o trabalho, representadas na presença de figuras como Luis Blanc e Albert.

Algo que pode ser depreendido um pouco mais claramente caso se acompanhe a forma como o raciocínio marxiano delineia em o *18 B* as diferentes noções de república. Primeiramente, em um país com herança feudal como a França, a república não seria nesse caso a forma de conservação, mas sim a “forma política da revolução da sociedade burguesa”:

(...).. em países de velha civilização, com uma estrutura de classes desenvolvida, com condições modernas de produção, e com uma consciência intelectual na qual todas as idéias tradicionais se dissolveram pelo trabalho de séculos – a república significava geralmente a forma política da revolução da sociedade burguesa e não sua forma conservadora de vida, como por exemplo nos Estados Unidos da América, onde, embora já existam classes, estas ainda não se fixaram trocando ou permutando continuamente os elementos que as constituem em um fluxo contínuo, onde os modernos meios de produção, em vez de coincidir com uma superpopulação crônica, compensam, pelo contrário, a relativa escassez de cabeças e braços, e onde, finalmente, o febril movimento juvenil da produção material, que tem um novo mundo para conquistar, não deixou nem tempo nem oportunidade de abolir a velha ordem de coisas.³⁹

Acontece que quando a burguesia afasta o espectro “social” da república proclamada em 1848, com a vitória sobre o proletariado em junho e a proclamação de uma república parlamentar, quando, portanto, o domínio do Partido da Ordem se exerce com pleno conforto pelas facções monarquistas (a legitimista e a orleanista), essa mesma burguesia tem de se haver com a necessidade de explicitar seu domínio frente às outras classes, e não pode deixar de lidar, conseqüentemente, com os conflitos diante do seu antagônico com contornos bem mais definidos (o proletariado):

O instinto ensinava-lhes que a república, é bem verdade, torna completo seu domínio político, mas ao mesmo tempo solapa suas fundações sociais, uma vez que têm agora de se defrontar com as classes subjugadas e lutar com elas sem qualquer mediação, sem poderem esconder-se atrás da coroa, sem poderem desviar o interesse da nação com as lutas secundárias que sustentavam entre si e contra a monarquia.⁴⁰

Incapaz de traduzir esse domínio em sua forma política adequada, embora se coloque contraditoriamente na tarefa de fazê-lo, como já foi sugerido, e procurando do mesmo modo resguardar a sua tranqüilidade econômica do que lidar com as turbulências políticas do confronto com outras classes, a burguesia então retrocede às formas políticas mais antigas e indefinidas, o que explicaria o “despotismo” de Bonaparte:

³⁹ *18 B*, p. 31.

⁴⁰ *Idem*, p. 53.

Era um sentimento de fraqueza que os fazia recuar das condições puras do domínio de sua própria classe e ansiar pelas antigas formas, mais incompletas menos desenvolvidas e portanto menos perigosas desse domínio. Por outro lado, cada vez que os monarquistas coligados entram conflito com o pretendente que lhes opunha, com Bonaparte, cada vez que julgam sua onipotência parlamentar ameaçada pelo Poder Executivo, cada vez, portanto, que têm que exibir o título político de seu domínio, apresentam-se como republicanos e não como monarquistas...⁴¹

A democracia então quando aparece sob a forma de reivindicações pelo sufrágio universal, e ligada ao caráter social da república, para além da plataforma da pequena burguesia, pode se tornar um catalisador capaz de explicitar o domínio político que a burguesia procura negar, ao fazer com que essa negue os avanços que ela antes professava e que, agora, se voltavam contra ela. E, ao fazê-lo, e ao vencer essas reivindicações, é o que pelo menos identifico em Marx, mostra ao proletariado, que, progressivamente, burgueses e proletários são agora, diferente de 1789, as classes antagônicas. Dentro dessa perspectiva, e em certo sentido, a democracia ajudaria a levar por isso mesmo a uma forma mais coerente de representação política das classes, permitindo mais facilmente o embate revolucionário entre as mesmas. Algo que aparece subentendido na seguinte passagem:

No umbral da Revolução de Fevereiro, a república social apareceu como uma frase, como uma profecia. Nas jornadas de junho de 1848 foi afogada no sangue do proletariado de Paris, mas ronda os subseqüentes atos da peça como um fantasma. A república democrática anuncia o seu advento. A 13 de junho de 1849 é dispersada juntamente com sua pequena burguesia, que se pôs em fuga, mas que na corrida se vangloria com redobrada arrogância. A república parlamentar, juntamente com a burguesia, apossa-se de todo o cenário; goza a vida em toda sua plenitude, mas o 2 de dezembro de 1851 a enterra sob o acompanhamento do grito de agonia dos monarquistas coligados: 'Viva a República!'⁴²

Levaria assim, de acordo com o que podemos derivar do pensamento de Marx, a um movimento em que as "sombras" que atuavam sob a República parlamentar burguesa, de que nos fala em o *18 B*, pudessem se encontrar com seus corpos fora do Parlamento, chegando, portanto, a uma situação de coerência com a dicotomia que deve reger as lutas de classes a partir de 1848.

Obviamente, essa idéia não esgota a questão. Trata-se muito mais de uma impressão minha ao lidar com a obra. Pois Marx, principalmente na época em que escreveu aquela obra, não estava considerando a democracia como o ponto nevrálgico de seus trabalhos. Aliás, como afirma Jacques Texier, Marx não é um pensador da democracia, mas (assim como Engels) "é, antes de tudo, um pensador da revolução". O que, evidentemente, não resulta na possibilidade de considerar que seu pensamento não trate em hipótese alguma da democracia, mas sim que, como ressalta Texier, "nele, não existe uma relação simples entre o princípio da revolução e o da democracia".⁴³

Em relação a Weber, obviamente, e diferente de Marx, o autor não está esperando que os partidos e suas lideranças se constituam em representações de classes, até porque em seu entendimento "classe" é uma categoria que encontra sua lógica na esfera econômica. A política é

⁴¹ Idem, p. 53.

⁴² Idem, p. 122.

⁴³ **Revolução e Democracia em Marx e Engels**, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2005, p. 173.

o espaço da “luta” em que lideranças devem ser selecionadas para se responsabilizar pelas grandes decisões, que dizem respeito às questões mais importantes e que estão, inclusive, acima das classes.

Neste sentido, a democracia é entendida prioritariamente para Weber como uma forma adequada a uma sociedade de massas para selecionar politicamente aquelas lideranças. Como ressalta Anthony Giddens, neste caso, em consonância com o todo o conjunto da análise de Weber, desvela-se a concepção de que um “governo democrático não pode estar fundado em nenhuma concepção de lei natural, tal como a incorporada na teoria democrática clássica no século XVIII e início do XIX”. Para o sociólogo alemão democracia é, enfim, “uma técnica, um meio para um fim”.⁴⁴

Mas não se trata para ele de uma democracia qualquer, e sim de uma democracia alicerçada no parlamento. Pois, se a seleção democrática moderna é o que permite, através do componente cesarista que lhe é intrínseco, alçar lideranças carismáticas capazes de fazer com que as burocracias partidárias movam-se em torno delas – essencialmente, pelo objetivo pragmático que é a obtenção do voto –, e se permite, no calor dos embates, a identificação daqueles representantes capazes de se “posicionarem” publicamente diante dos grandes problemas – o que o funcionário não pode fazer na execução de suas tarefas específicas –, ela não garante, no entanto, que essa liderança traduza esse potencial em decisões responsáveis, equilibradas e eficientes, algo que só as comissões parlamentares e as discussões legislativas com seus colegas podem trazer.

Ao mesmo tempo, são as oportunidades de uma carreira parlamentar, com a possibilidade de exercer influência sobre os assuntos internos e externos que interessam a um Estado-nação, que estimulam a ambição dos jovens “talentos”, e os partidos a se estruturarem para auxiliar seus chefes nessa tarefa, sentindo-se ambos participantes do processo. Daí, como já foi mencionado, a importância de um parlamento ativo que é justamente o que não se encontraria na Alemanha.

E é essa ligação fundamental que podemos identificar na seguinte passagem:

(...) Fica patente que, dentro da carreira parlamentar... como também dentro do sistema rigorosamente organizado de discussões internas nos partidos, os talentos políticos e as naturezas dirigentes não só parecem em número suficiente, como fizeram carreira. Por outro lado, a carreira parlamentar oferece as maiores chances para o sentimento de ambição política e para o desejo de poder e de responsabilidade e, por outro lado, devido à característica cesarista da democracia de massas, os partidos se vêem obrigados a deixar-se dirigir por pessoas com talento e aptidões políticas reais, desde que elas se mostrem capazes de ganhar a confiança das massas. A chance de que naturezas dirigentes cheguem ao topo é, como fica sempre comprovado, função das chances de poder dos partidos. Nem o caráter cesarista e a demagogia das massas, nem a burocratização e a estereotipagem dos partidos são, em todo caso como tal, um obstáculo rígido para a ascensão de dirigentes. Justamente partidos organizados rigorosamente, que realmente queiram e exercer o poder têm que se submeter aos homens de confiança das massas quando eles têm talento dirigente... A organização firme dos partidos e, sobretudo a obrigação do dirigente de massas de se formar através da participação rigidamente regulamentada dos trabalhos dos comitês do parlamento e nele ter um bom desempenho, de fato, oferece uma garantia forte de que as pessoas cesaristas de confiança das massas se adaptem às formas legais estabelecidas da vida do Estado e que eles não sejam escolhidos de forma

⁴⁴ *Op. Cit.*, p. 64.

meramente emocional, isto é, simplesmente devido às suas qualidades ‘demagógicas’ no sentido pejorativo do termo.⁴⁵

Neste ponto, é realmente importante destacar o quanto Weber, embora “inteiramente favorável ao exercício irrestrito dos mecanismos democráticos de representação e competição eleitoral”⁴⁶, como menciona Gabriel Cohn, manifesta forte preocupação com o componente demagógico nas democracias de massa e em invalidar a possibilidade, contra muitos que afirmavam em contrário, que todas as questões, sobretudo aquelas que exigiam uma reflexão mais acurada ou um conhecimento mais específico, pudessem ser decididas pela convocação de plebiscitos, pois isto seria contrariar o fato, inquestionável para o sociólogo alemão, de predomínio de fortes elementos emocionais na massa. Portanto, nos dois casos, o parlamento apresentava-se como o mecanismo mais viável de controle e resultados:

(...) Exatamente nas condições em que são escolhidos os dirigentes atualmente, é pré-requisito básico para a existência de uma política consistente a existência de um parlamento forte e de partidos parlamentares responsáveis. Isso faz com que o parlamento seja a instância de recrutamento e aperfeiçoamento de líderes de massas, transformando-os em dirigentes do Estado.

Pois, o perigo político de uma democracia de massas reside, justamente e em primeira linha, na possibilidade de haver um predomínio forte de elementos emocionais na política. A “massa” como tal (não importa que camadas sociais a componham num determinado caso) ‘só pensa até depois de amanhã’. Pois ela, como o ensinaram todas as experiências, está sempre exposta à influência do momento meramente emocional e irracional. (Aliás, ela divide isso com a moderna monarquia autônoma, que apresenta exatamente as mesmas características). A mente equilibrada e lúcida, e uma política bem sucedida, é feita, indubitavelmente, com a mente e predominará nas decisões responsáveis, tanto mais: 1. quanto menor forem os participantes da decisão; 2. Quanto mais claras forem as responsabilidades atribuídas a cada um deles e a seus liderados.⁴⁷

Finalizado o percurso, salienta-se obviamente que não tive nenhuma pretensão de algo terminantemente conclusivo, mas procurei, sem dúvida, sinalizar um entendimento que espero coerente para possíveis desenvolvimentos futuros. De qualquer modo, um estudo das obras de Karl Marx e Max Weber como o que propus me parece relevante em um tempo de política desacreditada, em que se tende a esquecer da luta e se parece cada vez mais fácil sombrear.

BIBLIOGRAFIA

⁴⁵ **PG**, p. 128.

⁴⁶ *Op. Cit.*, p. 19.

⁴⁷ **PG**, pp. 128-129.

ARON, Raymond. (1999) “Os sociólogos e a Revolução de 1848” In _____. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. São Paulo, Martins Fontes.

COHEN, Joshua & ROGERS, Joel (1992) “Secondary associations and democratic governance” In **Politics and Society**. Vol. 20, Nº 04, 1992.

COHN, Gabriel. (1993) “Introdução” In WEBER, Max **Parlamento e Governo na Alemanha Reordenada: crítica política do funcionalismo e da natureza dos partidos**. Petrópolis, Ed. Vozes.

DUVERGER, Maurice. (1970) **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro, Ed. Zahar.

FERNANDES, Florestan. (2001) “Introdução” In MARX, Karl e ENGELS, Friedrich **Marx e Engels, Col. Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo, Ed. Ática.

GIDDENS, Anthony. (1998) “Política e sociologia no pensamento de Max Weber” In _____. **Política, Sociologia e Teoria Social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo**. São Paulo, Ed. UNESP.

GILLESPIE, Richard; WALLER, Michael & NIETO, Lourdes Lopes. (2004) **Factional Politics and Democratization** editado por, London, Frank Cass & Co.

HUME, David. (2003) **Ensaaios Políticos**. Knud Haakonsen, (org.). São Paulo, Martins Fontes.

MADISON, James, HAMILTON, Alexander e JAY, John. (1993) **Os Artigos Federalistas**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

MANIN, Bernard. (1997) **The principles of Representative Government**. Cambridge, University Press.

_____, PRZEWORSKI, Adam, STOKES, Susan C. (2006) “Eleições e Representação” In **Lua Nova**, Nº. 67, pp. 105-138.

MAQUIAVEL, Nicolau. (2000) **Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio**. Brasília, Ed. UnB.

MARX, Karl. (1995) “As Lutas de Classe na França” In MARX, Karl e ENGELS, Friedrich **Obras Escolhidas**. Vol. 1, São Paulo, Ed. Alfa Ômega.

_____. (1997) “O 18 Brumário de Luiz Bonaparte” In **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.

PTIKIN, Hanna Fenichel. (1972) **The Concept of Representation**. Berkeley, University of California Press.

SARTORI, Giovanni. (1982) **Partidos e Sistemas Partidários**. Rio de Janeiro, Brasília, Ed. Zahar e Ed. UnB.

TEXIER, Jacques. (2005) **Revolução e Democracia em Marx e Engels**. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ.

URBINATI, Nadia. (2006) Urbinati “O que torna a representação democrática?” In **Lua Nova**, Nº. 67, pp. 191-228.

WEBER, Max. (1993) **Parlamento e Governo na Alemanha Reordenada: crítica política do funcionalismo e da natureza dos partidos**. Petrópolis, Ed. Vozes.

_____. (1999) “A Política como Vocação” In **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo, Ed. Cultrix.